



SEÇÃO: ARTIGOS

Nacionalização do ensino e reforma educacional no Rio Grande do Sul (1937-1945)

*Nationalization of teaching and educational reform in Rio Grande do Sul (1937-1945)***Claudemir de Quadros¹**orcid.org/0000-0002-1204-0355
claudemirdequadros@gmail.com**Recebido:** 25 fev. 2023.**Aprovado:** 23 maio. 2023.**Publicado:** 11 set. 2024.

Resumo: O processo de nacionalização do ensino impactou de modo intenso as políticas dedicadas à educação no Rio Grande do Sul. Por meio desse processo, abriu-se um campo de possibilidades para a atuação do Estado no âmbito educacional do Rio Grande do Sul, que, até então, estruturava-se de forma relativamente frágil, restringia-se a poucos atos administrativos e a incipientes iniciativas de aperfeiçoamento do magistério. Neste texto, apresenta-se um estudo bibliográfico, documental e descritivo, que tem como objetivo demonstrar que, em função da nacionalização do ensino, alteraram-se as formas de administração do sistema educativo no Rio Grande do Sul. Conclui-se que a nacionalização do ensino abriu um campo de possibilidades para a intervenção estatal, pela qual se promoveu uma ampla reforma educacional, orientada e planejada a partir de diretrizes teóricas, técnicas e administrativas, que redefiniu o problema da educação, da escola e da profissionalização do magistério.

Palavras-chave: História da Educação; nacionalização do ensino; Rio Grande do Sul.

Abstract: The process of nationalization of teaching strongly affected sphere of policies dedicated to Education in Rio Grande do Sul. But, this process has opened a field of possibilities so the State can act in the sphere of education in Rio Grande do Sul that, so far, it was structured in a relatively fragile way, it was restricted to a few administrative acts and the incipient initiatives to improve teaching. In this text, we present a bibliographic, documental and descriptive study, which aims to demonstrate that, due to the nationalization of education, it was changed how to administrate the educational system in Rio Grande do Sul. We have concluded that the nationalization of teaching opened possibilities to the state intervention, by which it has promoted a new educational wide reform, oriented and planned from the theoretical, technical and administrative guidelines that redefined the education, school and professionalization of teaching.

Keywords: History of Education; Nationalization of Teaching; Rio Grande do Sul.

Introdução

Em de outubro de 1937, o general Daltro Filho assumiu o governo do estado do Rio Grande do Sul, na condição de interventor federal, em decorrência da instalação do Estado Novo. Com ele, assumiu a Secretaria da Educação e Saúde Pública (Sesp) José Pereira Coelho de Souza, que teve uma atuação proeminente no campo educacional do estado no tempo em que esteve à frente da referida secretaria (1937-1945). Daltro Filho permaneceu no cargo poucos meses, até 19 de janeiro de 1938. Logo a seguir, em 4 de março, tomou posse o coronel Oswaldo Cordeiro de Farias (1938-1943).



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

No transcorrer do mandato de Coelho de Souza junto à Sesp, houve um intenso movimento de reforma do sistema educativo no Rio Grande do Sul e a implantação do processo de nacionalização do ensino². Este, como processo amplo, abriu um campo de possibilidades para a intervenção governamental, que envolveu, pelo menos, quatro dimensões importantes e concomitantes: uma extensa e detalhada jurisprudência sobre a educação; a reestruturação técnica e administrativa da Sesp; o desenvolvimento de políticas de expansão da rede de ensino, com a construção de escolas, a contratação de professores e funcionários e a ampliação do número de estudantes matriculados; uma atenta orientação, supervisão e inspeção do trabalho escolar. Em poucas palavras, a nacionalização do ensino promoveu o reaparelhamento da Sesp, para a execução de uma reforma educacional que se inseriu num contexto de reorganização e racionalização dos serviços de instrução pública, processo pelo qual o Estado assumiu o problema da escola no Rio Grande do Sul.

No âmbito deste texto, procura-se demonstrar que o processo de reforma educacional, possibilitado pela nacionalização do ensino, alterou, profunda e intensamente, as formas de administração do sistema educativo no Rio Grande do Sul. Este passou a firmar-se sobre as bases de uma gestão técnica, científica e racional, orientada por especialistas, envolvendo ampla e detalhada prescrição legal das atividades escolares e dos programas de ensino; uma forte incidência de controle e normatização; um conjunto de ações direcionadas para a formação continuada do corpo docente; a instauração de ações relacionadas ao desenvolvimento de estudos e pesquisas educacionais, que enfatizavam a inovação e a modernização.

O perigo das escolas em áreas de colonização estrangeira

As preocupações relacionadas à nacionalização do ensino são tão antigas quanto a própria imigração na região sul do Brasil, notadamente no Rio Grande do Sul, devido à concentração

de imigrantes alemães e italianos e, em menor número, mas não menos expressiva, de outras nacionalidades.

Essas preocupações passaram a ser sentidas com maior ênfase a partir da década de 1910, em especial a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando, segundo Bastos (1994a), tornaram-se mais complexas as relações entre a população de ascendência alemã e italiana, o governo brasileiro e a Igreja. Desde então, com uma abrangência nacional e o envolvimento de vários níveis do governo, acentuou-se a pressão pela nacionalização do ensino, que envolvia a adoção do português como única língua permitida; a subvenção federal para a construção de escolas; a supervisão mais direta e efetiva das escolas particulares ou comunitárias; o fechamento de escolas, associações esportivas, culturais, sociais e de jornais mantidos por estrangeiros. A campanha pela nacionalização do ensino envolveu variados e importantes aspectos, que passaram pela promoção da nacionalização econômica das colônias estrangeiras; pela constituição de uma nacionalidade luso-brasileira, proposta a partir de uma homogeneidade cultural; por motivações de ordem cultural e econômica, representadas pelo discurso do perigo alemão e pela crescente dinamicidade econômica da região norte do estado gaúcho, povoada por imigrantes, em relação à região Sul, que desenvolvia uma atividade produtiva ligada à pecuária extensiva e que, em que pese ainda manter o controle político do governo do estado, sentia reflexos da estagnação econômica dos setores produtivos não vinculados à industrialização.

Segundo Kreutz (1994), a legislação federal, relacionada à nacionalização do ensino, abrangeu o decreto n. 406, de maio de 1938, dirigido às escolas étnicas e que determinou que o material usado nas escolas fosse em português; que os professores fossem brasileiros natos; que não circulasse nenhum texto, revista ou jornal em língua estrangeira; que o currículo escolar incluísse a instrução adequada em história e geografia do

² Há uma expressiva produção historiográfica sobre a nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul, dentre os quais: Bastos (1994b); Dalbey (1970); Gertz (1991); Giron (1989); Kipper (1979); Kreutz (1991, 1994, 2003); Paiva (1987); Quadros (2006, 2014).

Brasil; a proibição do ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos; que a bandeira nacional tivesse destaque em dias festivos. O decreto n. 1.006, de 10 de dezembro de 1939, por sua vez, estabeleceu que o Ministério da Educação deveria proceder a uma censura em todos os livros usados na rede de ensino. Pelo decreto-lei n. 1.545, de 25 de agosto de 1939, cabia às secretarias estaduais de educação construir e manter escolas em áreas de colonização estrangeira; estimular o patriotismo por parte dos estudantes; fiscalizar o ensino de línguas estrangeiras; intensificar o ensino de história e geografia do Brasil.

Por esses decretos, proibiu-se que escolas fossem dirigidas por estrangeiros, que se fizesse o uso de língua estrangeira em assembleias e reuniões públicas, determinou-se que a educação física nas escolas devia ser dirigida por um oficial ou sargento das Forças Armadas. Pelo decreto n. 2.072, de 8 de março de 1940, criou-se a Organização da Juventude Brasileira, obrigatória em todas as escolas. Jovens de 11 a 18 anos deveriam submeter-se à educação física, como instrumento importante para uniformizar diferenças étnicas por meio de exercícios físicos comuns. Pelo decreto n. 3.580, de 3 de setembro de 1941, proibiu-se a importação ou a impressão de livros ou textos em língua estrangeira para o ensino elementar³.

Assim, embora por motivações variadas, o discurso da nacionalização do ensino foi formulado, principalmente, a partir do perigo que a ação política de estrangeiros, junto às escolas, representava para a formação de um espírito nacional, informado pela unidade e pela homogeneidade, e a partir do projeto nacionalista do Estado Novo, que propunha a uniformização, a padronização cultural e a supressão de formas de organização autônoma da sociedade. Nesse sentido, Bomeny (1999) argumenta que o projeto político do Estado Novo tinha como núcleo central a afirmação da

identidade nacional brasileira. O que estava em questão era a "construção de um homem novo para um Estado que se pretendia novo, e incluía-se igualmente nesta pauta a delimitação do que seria aceito como nacional e, por contraste, o que seria considerado estrangeiro, estranho, ameaçador" (Bomeny, 1999, p. 151). Tratava-se de homogeneizar a população para afastar o risco de impedimento do projeto de identidade nacional. Nesse contexto, a educação se constituiu numa importante estratégia para a implantação do programa nacionalizador.

Gustavo Capanema, então Ministro da Educação, em conferência proferida em outubro de 1945, assinalou que havia sido

[...] no terreno da escola primária que o governo, a partir de 1937, realizou a mais profunda e a mais decisiva obra antifascista. A indiferença dos governos anteriores deixou proliferar no Sul do país a rede imensa de escolas primárias estrangeiras, sobretudo alemãs, que depois de Hitler, passaram a ser centros de educação nazistas de milhares de crianças brasileiras (*apud* Bastos, 1994a, p. 49).

Tais indiferença e desatenção haviam gerado um problema gravíssimo e de difícil solução. Com essas contundentes palavras, José Pereira Coelho de Souza, em 1941, definiu as questões relacionadas à presença de instituições escolares dirigidas por estrangeiros e à nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul. Dado o fato de esse ser considerado um problema grave e de solução complexa, a pressão da imprensa – que denunciava atividades subversivas de professores e diretores que nem ao menos falavam português – e a crítica de comandantes militares, que consideravam as ações desenvolvidas até então acanhadas, incitaram o recrudescimento das ações estatais em torno de escolas, associações, entidades e impressos em língua estrangeira no estado, em especial em relação àqueles vinculados às comunidades alemãs e italianas.

³ Podem ser citados, ainda, o decreto n. 383, de 18 de abril de 1938, que vedava aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no Brasil; o decreto n. 868, de 18 de novembro de 1938, que criou a Comissão Nacional de Ensino Primário e estabeleceu entre as suas atribuições a de nacionalizar o ensino nos núcleos estrangeiros; o decreto n. 948, de 13 de dezembro de 1938, estabelecendo que as medidas relacionadas com a promoção da assimilação dos colonos de origem estrangeira e a completa nacionalização dos filhos de estrangeiros fossem dirigidas e centralizadas pelo Conselho de Imigração e Colonização – este, criado pelo decreto n. 406 do mesmo ano.

Os discursos produzidos e disseminados, tanto na esfera nacional quanto na estadual, incitavam a pensar a presença e atuação das escolas estrangeiras como um perigo concreto que, com urgência, precisava ser debelado em razão dos "males que já fizeram e continuam a fazer ao nosso país, desnacionalizando nossos patricios e tornando-os súditos do hitlerismo" (Correio do Povo, 2 nov. 1937, p. 5). Produziu-se uma sensação, um ambiente, de que os quinta coluna⁴ haviam, efetiva e concretamente, arquitetado planos e desenvolviam ações no sentido da ocupação de espaços que possibilitassem a tomada das mentes e dos corações. O Estado, o território e a cultura nacionais corriam perigo iminente. O problema era, portanto, de segurança nacional, já que havia se constituído uma "pátria alemã em território brasileiro", o que representava séria "ameaça política pelo nível articulado de organização social, cultural e mesmo ideológico" que havia alcançado (Schwartzman, 1984, p. 159).

Um acontecimento importante na consolidação desse discurso, em torno do perigo que as escolas estrangeiras representavam para o Rio Grande do Sul, foi a conferência proferida por Coelho de Souza, em sessão da Associação Brasileira de Educação (ABE), em novembro de 1941, no Rio de Janeiro e, logo em seguida, publicada sob o título *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande* (Coelho de Souza, 1941).

Nessa conferência, Coelho de Souza apontou que haviam se infiltrado nas comunidades teuto-brasileiras, mediante subvenção do consulado alemão, representantes do nazismo que dominavam as escolas particulares e catequizavam os estudantes. O mesmo havia acontecido com as sociedades culturais que, segundo Coelho de Souza, de uma hora para outra, haviam caído em domínio nazista. O círculo completava-se com a ação dos pastores da Igreja Evangélica que, em seus sermões, intercalavam textos da Bíblia

com a doutrina nazista. O texto da conferência descreve, com alguma minúcia, a organização do partido nazista no Rio Grande do Sul, desde os procedimentos para o seu funcionamento até as formas de financiamento, além de apontar os nomes das suas principais lideranças. Trata também das ramificações em outros estados – Santa Catarina, Paraná e São Paulo –, em outros países – Chile, Argentina –, bem como de ameaças ou boicotes implementados aos que hesitavam em aderir ao partido.

A contenção desse movimento que traía o Brasil, por afirmar serem "os teuto-brasileiros apenas brasileiros acidentalmente, mas alemães pelo sangue e pela origem" (Coelho de Souza, 1941, p. 40), aconteceria mediante dupla ação: de uma parte, policial e repressiva; de outra, a preventiva, de caráter educativo, pela qual se pretendia alcançar a maioria da população de origem alemã.

Para Coelho de Souza (1963, p. 281),

[...] o ambiente escolar em que então se formavam as crianças brasileiras descendentes de imigrantes não refletia a nossa pátria, como realidade material e espiritual; antes acusava acentuada tendência a perpetuar os hábitos e a mentalidade estrangeira. A língua, a história, a geografia, a literatura, o folclore, a própria organização interna das instituições de educação, tudo fazia lembrar a terra de origem, tudo cooperava para manter esses brasileiros afastados da comunidade nacional.

A nacionalização era objeto de atenção e preocupação constante dos militares. Em janeiro de 1938, o general Meira de Vasconcelos, comandante da 5ª Região Militar, com sede em Curitiba, encaminhou às instâncias superiores um relatório no qual manifestava sua preocupação com as consequências, segundo ele, funestas que a colonização estrangeira mal orientada poderia trazer ao Brasil.

No jornal *Correio do Povo*, foi transcrito um editorial do mesmo comandante, anteriormente publicado no jornal *O Globo*, com o título "Na-

⁴ Quinta coluna é um termo usado para referir os grupos clandestinos que trabalham, num país ou região, com vistas a ajudar a invasão armada promovida por um outro país ou, no caso de uma guerra civil, por uma facção rival. Por extensão, o termo designa todo aquele que auxilia a ação de forasteiros, mesmo quando não há previsão de invasão. Foi cunhado durante a guerra civil espanhola e usado para nomear aqueles que, em Madrid, apoiavam os nacionalistas que enfrentavam militarmente o governo da Frente Popular Republicana – republicanos, anarquistas e socialistas. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi utilizado para referir-se àqueles que agiam subrepticiamente num país em guerra, ou em vias de entrar na guerra, para ajudar em caso de invasão ou fazer espionagem e propaganda em favor do Eixo – Alemanha, Itália, Japão.

cionalizemos o ensino", no qual consideram-se a atuação e a legislação propostas pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul como tolerantes em relação aos estrangeiros. Meira de Vasconcelos alegava que a legislação proposta, embora pudesse servir de modelo em vários aspectos, havia sido formulada a partir de um espírito de tolerância que deixava margens à burla (Correio do Povo, 22 abr. 1938, p. 1).

A imprensa é um observatório privilegiado da proliferação desse discurso. No jornal *Correio do Povo*, repercutiram manifestações apontando o perigo do estrangeirismo no ensino, com professores que somente tratavam de assuntos estrangeiros e em idioma estrangeiro, e a necessidade de preservação do espírito de brasilidade, parte essencial da cultura nacional.

Em algumas vezes, o tom assumia contornos de dramaticidade:

Para extirpar o nazismo é preciso opor-lhe uma força consciente, que o subjogue e domine, e restitua ao homem, por ele escravizado, o sentimento de honra e de dignidade. E esta força, só a escola é capaz de sintetizar na admirável afirmação das suas virtudes criadoras. [...] A escola nazi-fascista plasmou essa incrível e tormentosa mentalidade, de homens que só compreendem a existência destruindo as tradições da cultura e da civilização milenar. Foi este sistema bárbaro que o nazismo quis implantar entre nós, através das suas escolas, hábil e estrategicamente disseminadas na zona colonial do Rio Grande. Cautelosamente, a princípio, enquistadas nas regiões de população teuto-brasileira, onde solapavam o espírito de brasileiros de origem germânica, mais tarde perderam os melindres e aventuraram-se numa obra desbragada de propaganda nazista sem o menor escrúpulo (Correio do Povo, 14 ago. 1943, p. 4).

Nesse contexto, Coelho de Souza (1941) procurava, reiteradamente, destacar e qualificar a ação nacionalizadora desenvolvida pelo governo estadual: "larga ação educativa do governo gaúcho"; "o Rio Grande na liderança nacionalista"; "sábua política governamental"; "formidável obra

nacionalizadora da interventoria"; "os gaúchos continuam a ser as sentinelas avançadas do Brasil". As ações desenvolvidas pelo governo teriam tornado possível a reconquista de extensas regiões que haviam se desgarrado da nação brasileira.

O mesmo era feito pelo interventor federal, que, nos relatórios ao governo central, esforçava-se em demonstrar que havia chegado ao fim o tempo de tolerância para com as escolas estrangeiras. Isso tinha razão de ser: os militares e setores da imprensa cobravam do governo ações mais enérgicas em relação aos estrangeiros. Não era mais possível contemporizar com "vício tão grave".

Além disso, como interventor federal, coube a Cordeiro de Farias (1938-1943) executar as diretrizes estabelecidas pelo governo central, que abrangiam três aspectos: a necessidade de conferir um conteúdo nacional à educação transmitida nas escolas; a padronização dos currículos, dos materiais didáticos e dos sistemas de regulação; a fiscalização e a erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais estabelecidas no Brasil. Em boa medida, o interventor agia sob pressão e buscava assegurar sua sustentação política no cargo num cenário em que, de uma parte, convinha estabelecer uma relação conciliadora com a Igreja e com as comunidades imigrantes e, de outra, havia a necessidade do cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo governo central, a quem representava por delegação, e da vigilância da imprensa e dos militares.

As ações podem ter tardado, mas não falharam: pelos decretos n. 7.212, de 8 de abril, e n. 7.614, de 12 de dezembro, ambos de 1938, os estabelecimentos de ensino particular foram registrados, subordinados à orientação do Estado, e 95 deles foram fechados, por não satisfazerem as exigências legais⁵. Com as ações do governo, e o apoio da Igreja Católica, quebrava-se a oposição

⁵ Segundo Kreutz (2003), as medidas restritivas do governo não foram as responsáveis exclusivas do encerramento das atividades das escolas étnicas. Concorreram para isso também pressões externas e internas que transformavam o projeto escolar das comunidades imigrantes: "[...] internamente havia uma tendência crescente de pais e alunos que, sentindo a necessidade de se habilitarem melhor no aprendizado do português e de terem melhores condições para os desafios da atividade profissional, aderiam ao apelo da escola pública gratuita. De fora dessas comunidades, uma série de fatores concorria para a sua transformação. Os meios de comunicação e os novos e melhores meios de transporte quebraram o isolamento anterior dos núcleos rurais e abriram caminho para transformações socioeconômicas que dificultavam crescentemente o funcionamento das escolas étnicas. As medidas de nacionalização compulsória do ensino apenas precipitaram um processo de transformação já em curso" (Kreutz, 2003, p. 366).

teuto-brasileira e demonstrava-se que o pastor do Colégio Sinodal de Candelária errara no seu diagnóstico quando escrevera, em carta dirigida aos professores e apreendida pela polícia: "resistam e não se preocupem, porque essa campanha esmorecerá logo; vivemos em um país onde a sopa nunca se serve tão quente quanto sai do fogo" (Coelho de Souza, 1941, p. 78).

Coelho de Souza foi claro quanto à direção e ao resultado esperado do trabalho relacionado à nacionalização:

A obra de integração das minorias de origem estrangeira em nossa nacionalidade se há de fazer, como é desejo do governo da República e do Estado. Quem nascer no Brasil há de ser brasileiro, custe o que custar, haja o que houver. [...] E quem tentar se opor a esta obra patriótica, pode voltar pela porta por onde entrou (Correio do Povo, 27 mar. 1938, p. 3).

Assim, em 1º de agosto de 1939, foi expedida, aos delegados regionais de educação, a circular n. 12.498. Por meio dela, o secretário informou que designara os professores do estado que deveriam servir nas escolas particulares – os professores da nacionalização. Cabia a esses professores fiscalizar e orientar o trabalho escolar mediante uma atitude de "simpatia e de conquista". O trabalho deles devia pautar-se pela "serenidade de deliberação e equilíbrio de atitudes". Deveriam manter contato com os estudantes durante os intervalos das aulas; promover a criação de um ambiente escolar "nacional" mediante a "ornamentação das salas de aula, do *hall*, dos corredores, das salas de refeições" com o uso de paisagens brasileiras, reprodução de obras de arte de artistas brasileiros, fotografias de homens célebres e heróis; promover a criação de bibliotecas, clubes de leitura e associações recreativas, as quais trariam "auxílio valioso à socialização dos alunos, como à obra de nacionalização" (Sesp, circular n. 12.498, 1 ago. 1939).

Se, por um lado, o secretário solicitava rigor com as fraudes, especialmente em relação ao art. 8º do decreto 7.614, de 12 de dezembro de 1938 – "nenhuma escola poderá ter diretores

estrangeiros ou professores que não dominem perfeitamente a língua do país"⁶ –, por outro lado, lembrava que o fechamento das escolas particulares devia ser medida extrema, da qual somente se lançasse mão em último caso. Ao se verificarem infrações, devia ser concedido um prazo razoável para a correção e, uma vez recebidas garantias aceitáveis de cumprimento da lei, era possível permitir a respectiva reabertura.

O rigor da fiscalização governamental estendia-se aos registros escolares. A ausência de registro, a falta de livros de matrícula e chamada conforme o modelo oficial, a não remessa de boletins mensais ou sua inexatidão deveriam ser comunicados à Diretoria Geral de Instrução Pública para serem "punidos na forma dos regulamentos em vigor" (Sesp/Dgip, of. n. 967, 5 mar. 1940).

Mas o secretário estava atento para alguns exageros. Pelo ofício circular n. 4.561, de 8 de junho de 1940, Coelho de Souza lembrava que, embora a nacionalização do ensino fosse o maior objetivo político do governo, a inabilidade de alguns fiscais da nacionalização no cumprimento de sua tarefa concorria para o surgimento e a manifestação de indisposições em relação ao governo. Por essa razão, as ações de fiscalização do ensino particular passaram a ser executadas pelos delegados regionais ou pelos orientadores técnicos ou, ainda, em casos mais delicados, por professores especialmente designados para a tarefa. Os demais deviam "despreocupar-se inteiramente do que se passa nas escolas particulares [...]. E ainda mais: não devem os referidos professores atribuírem-se a tarefa que concerne à Secretaria do Interior, por sua organização policial" (Sesp, ofício circular n. 4.561, 8 jun. 1940).

Nesse contexto, o interventor Cordeiro de Farias costumava ressaltar que, apesar de atacar o problema de frente e sem vacilações, o governo procurava praticar uma política de conciliação que não implicasse violência:

Daí a campanha de nacionalização do ensino levada a efeito pelo governo de maneira mais

cordial e construtora. Não destruímos nunca o que estava feito; apenas o orientamos num sentido mais amplo de brasilidade, preenchendo lacunas, corrigindo defeitos do ensino particular e religioso (Cordeiro de Farias, 1941, p. 28).

A posição expressa nesse discurso foi, repetidas vezes, reiterada pelo secretário Coelho de Souza (1963): "Não pensou o governo destruir a obra realizada pela iniciativa particular, mas sim aproveitá-la e encaminhá-la no sentido de sua integração nacional" (p. 281). Enquanto os militares consideravam essa posição do governo como conciliatória, branda ou tolerante, de outra parte, os representantes das comunidades imigrantes e segmentos da imprensa a concebiam como um modo maduro e inteligente de conduzir um problema, que não se restringia à educação, mas que tinha uma importante dimensão política e religiosa:

A solução do caso [escolas estrangeiras], que é melindroso e que, por conseguinte, exige mais ponderação do que modos de irritá-lo, tem de ser entregue, em maior parte, à ação do tempo, não excluindo, por certo, os correspondentes métodos escolares [...]. Aliás esta é a maneira por que encaram a questão certas individualidades menos extremadas no nativismo e mais refletidas, alheias a prevenções e não suscetíveis de exaltações. Porque é mister meditar muito, pesar os prós e os contras, ir ao fundo da matéria, estudar causas e efeitos com a necessária moderação, até mesmo com espírito de imparcialidade, se não de justiça, para não incorrer em erros e recriminar a esmo (Correio do Povo, 16 mar. 1938, p. 5).

O secretário e o interventor colheram resultados por seu empenho, habilidade e diligência na integração dos filhos de estrangeiros à vida nacional. Tiveram o seu trabalho reconhecido por Lourenço Filho, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), para quem o movimento de nacionalização do ensino e de reforma educacional, iniciado no Rio Grande do Sul, em 1937, havia tomado direção acertada ao não aplicar medidas repressivas de modo indiscriminado e centrar suas ações na reestruturação do sistema educativo, mediante a implantação de serviços de fiscalização e orientação, a instituição da carreira do magistério primário e a execução de um plano de construções escolares, "com o

que atraiu às escolas do Estado, de modo muito natural, contingentes dantes arredios" (Lourenço Filho, 1945, p. 8).

Nesse contexto de reconquista, pela nacionalização do ensino, de regiões e de espíritos que já não pertenciam à pátria brasileira, as comemorações das datas nacionais tomavam uma expressiva proeminência e se destacavam pelo seu caráter formativo. Em ofício dirigido às direções das escolas estaduais, em 3 de dezembro de 1937, o secretário Coelho de Souza determinava que, aos sábados, após o término das atividades escolares, devia ser declamada, pelo estudante que mais tivesse se distinguido, a Oração à Bandeira, de Olavo Bilac. Segundo o ofício, buscava-se, com isso, a formação cívica dos estudantes.

Até 1936, a orientação para as atividades cívicas era feita de maneira lacônica: "Dia 11 pela manhã, apesar de feriado, deveis reunir os alunos para a comemoração do centenário da proclamação da República do Piratiny" (Sesp/Secção Técnica, telegrama n. 5.430, 9 set. 1936). Porém, a partir de 1937, a Secção Técnica passou a remeter às direções das escolas um detalhado programa a ser executado por ocasião das comemorações das datas cívicas. Essa programação deveria contar com a participação ativa dos professores e dos estudantes e desenvolver-se a partir de pesquisa de dados, informações, material ilustrativo, preparo de dramatizações, composições, álbuns e preparação do ambiente escolar por meio de cartazes, frases ilustrativas e fotografias.

O plano de trabalho relativo à Semana da Pátria de 1942 (Sesp/Secção Técnica, 1942), por exemplo, envolvia quatro ações:

1) trabalhos de classe, com duas unidades: a) Unidade 1 - A Pátria: palestras, leituras, dramatizações, excursões, exibição de filmes e notícias; b) Unidade 2 - O bom brasileiro: conceitos de patriotismo, confiança em si mesmo, honestidade, respeito pelos direitos alheios, coragem, bondade/amor, liberdade;

2) cerimônias de comemoração: hasteamento da bandeira e canto do Hino Nacional, atos du-

⁶ Houve casos em que se procurou burlar esse dispositivo mediante a designação de um brasileiro nato para exercer a função de direção simultaneamente em várias escolas, enquanto, de fato, a administração e a orientação dos estabelecimentos continuavam a cargo de pessoas que não preenchiam as condições legais referentes à nacionalidade (Sesp, circular n. 12.498, 1 ago. 1939).

rante os quais os estudantes deviam ser instados a demonstrar intensa vibração cívica;

3) programa das atividades: as comemorações da Semana da Pátria se iniciavam no dia 31 de agosto e se prolongavam até o dia 7 de setembro, conforme quadro 1;

4) avaliação dos resultados: relatório da diretora da escola no qual constassem as modificações no comportamento dos estudantes e preen-

chimento de um questionário: que deficiências, em face dos objetivos morais desse plano, eram mais acentuadas na sua classe? Quais visou, preferentemente, a corrigir? Que meios principais usou? Serviram eles indistintamente a todos os estudantes? Quais os resultados registrados na classe? Indiquem-se fatos significativos das mudanças operadas. Outras informações.

Quadro 1. Atividades prescritas para as escolas estaduais durante a Semana da Pátria de 1942

Dia	Atividades
31 de agosto	- Inauguração solene, às 10h, da Semana da Pátria, com a participação de todos os professores e estudantes da escola; - hasteamento da bandeira nacional, ao som de tambores ou banda, e canto do Hino Nacional; - palestra da diretora ou professora, apresentando o plano da comemoração; - palestra por um estudante sobre o tema <i>Que é ser bom brasileiro</i> ; - apresentação do propósito do dia: <i>O bom brasileiro cuida da sua saúde e da saúde dos outros</i> ; - Hino da Independência; - desfile em saudação à bandeira, cantando <i>Estudante do Brasil</i> ou <i>Queremos lutar</i> .
1º de setembro	- Hasteamento da bandeira e canto do Hino Nacional; - inauguração da urna destinada a recolher o registro das ações de bons brasileiros praticadas pelos estudantes, em resposta ao propósito do dia anterior; - apresentação do propósito do dia: <i>O bom brasileiro é útil a si e aos outros</i> ; - ilustração do tema; - deposição dos relatos das ações de bons brasileiros, praticadas em resposta ao propósito do dia anterior; - desfile em saudação à bandeira, como no dia anterior.
2 de setembro	- O mesmo programa do dia anterior, com o tema: <i>O bom brasileiro confia em si mesmo e se faz digno da confiança dos outros, é corajoso, honesto e generoso</i> .
3 de setembro	- O mesmo programa do dia anterior, com o tema: <i>O bom brasileiro ama a liberdade e respeita a liberdade dos outros</i> .
4 de setembro	- O mesmo programa do dia anterior, com o tema: <i>O bom brasileiro é leal para consigo, seus amigos, o lar, a escola, a Pátria e a Deus</i> .
5 de setembro	- O mesmo programa do dia anterior, substituindo-se a apresentação do tema do dia por glorificação dos heróis da Independência, representados em Tiradentes e José Bonifácio.
7 de setembro	- Canto do Hino Nacional; - promulgação do Código do Bom Brasileiro; - juramento de amor ao Brasil; - Hino da Independência; - desfile em saudação à bandeira.

Fonte: Sesp/Secção Técnica (1942, p. 6-7).

Isso se repetia em outras datas nacionais, como a Proclamação da República (15 de novembro), o Dia do Soldado (25 de agosto), a Semana da Asa (terceira semana do mês de outubro) e o Dia da Bandeira (19 de novembro), que era motivo de atenção especial. Em 1940, a Secção Técnica determinou às direções das escolas que intensificassem, entre os estudantes, o culto e a reverência à bandeira. Nesse sentido, todas as escolas deviam conservar hasteado o pavilhão nacional e, no dia da festa da bandeira, esta devia ser hasteada "com a maior solenidade" (Sesp/Dgip, circular 7.677, 4 nov. 1940).

Em 1941, a Secção Técnica enviou instruções especiais às direções das escolas acerca da frequência dos estudantes às solenidades cívicas. A preocupação principal era a de que o comparecimento aos atos de culto cívico, aos sábados, e datas nacionais era inferior ao dos dias de trabalho ordinário. Isso era atribuído à pouca motivação dos estudantes, à falta de preparação para os atos cívicos, ao desajustamento dos programas comemorativos em relação às boas normas pedagógicas e à incompreensão ou resistência do meio (Sesp/Dgip, circular 3.090, fev. 1941). A participação nas atividades vinculadas às datas nacionais se revestia de um caráter formativo da personalidade e da "condição moral e patriótica" de todos e de cada um. No entendimento do governo, a participação nessas atividades era condição essencial para que se despertasse nos estudantes "um claro e sereno sentimento de nacionalismo elevado e bem compreendido" (Sesp/Secção Técnica, of. circular n. 6.748, 19 ago. 1937). Lições de moral e civismo deviam ser transmitidas também de maneira implícita nas escolas, com a finalidade de formar hábitos que, uma vez instaurados, inscrever-se-iam na personalidade e repercutiriam por toda a vida adulta (Sesp/Secção Técnica, portaria n. 2.767-A, 13 maio 1943).

Mas setores do magistério manifestavam a indisciplina. Pelo ofício circular n. 7.346, de 22 de setembro de 1941, a diretora geral da Instrução Pública, Olga Acaun Gayer, transmitiu um despacho do Secretário da Educação em que este reclamava sobre um expressivo número de professores que ausentava-se dos atos cívicos

e, por esse motivo, a partir de então, definia tal presença como obrigatória, salvo no caso de dispensa expressa concedida pela Diretoria Geral ou pelas direções das escolas.

A formação moral e cívica era, portanto, objeto de cuidadoso interesse do governo, que, por meio de portarias, circulares e comunicados, procurava normatizar e controlar o desenvolvimento de programas de ensino e atividades escolares. Nesse aspecto, o Secretário da Educação era rigoroso:

Coelho de Souza foi um secretário muito forte e era muito rigoroso com a nacionalização do ensino. Nós éramos obrigadas a participar daquelas atividades cívicas. Tínhamos que executar um programa rigidamente. Durante a Semana da Pátria, cada dia uma professora era escalada para fazer uma palestra em público, na frente da Prefeitura (Pasquali, 30 out. 2005).

Mas, para que a nacionalização cumprisse o seu papel, era preciso oferecer condições materiais, aparelhar os prédios escolares, proporcionar acesso à escola, contratar e promover a orientação técnica e pedagógica dos professores. Para isso, a estrutura administrativa da Sesp foi reformulada e ampliada, bem como acentuou-se o processo de burocratização, marcado por uma profusão cada vez maior de normas, decretos, portarias, regulamentos e resoluções.

Também foi promovido o processo de contratação, agora mediante concurso, do pessoal envolvido diretamente com as atividades docentes e técnico-administrativas: professores, inspetores, supervisores, diretores, técnicos em educação e funcionários. Segundo tal discurso, era preciso, sobretudo, proporcionar à escola a instalação e o aparelhamento compatíveis com o grau de importância que lhe era atribuído. Para tanto, foram construídos prédios escolares e constituído, a partir de 1939, um corpo de delegados escolares regionais e orientadores técnicos, a quem cabia prestar assistência e fiscalizar as escolas. Em síntese, à medida que foram crescendo o número de unidades escolares e as exigências da nacionalização do ensino nas escolas particulares, houve a nomeação de um expressivo número de professores e funcionários administrativos para as escolas.

Considerações finais

O discurso da nacionalização do ensino, ao mesmo tempo que buscava constituir novos sujeitos de uma condição moral e patriótica, produziu aquilo sobre o que se pôs a falar, o outro – o estrangeiro – como perigo. Informou a ação do governo, que se reaparelhou para enfrentar o problema.

Assim, a nacionalização do ensino, ao mesmo tempo que promoveu a visibilidade de tensões e conflitos sociais que penetraram nas escolas e que envolviam não menos complexas relações de poder, das quais participam variados atores – governo, militares, imprensa, instituições religiosas, comunidades, professores e estudantes –, abriu um campo de possibilidades para a atuação do Estado no âmbito educacional do Rio Grande do Sul, o qual, até então, estruturava-se de forma relativamente frágil, restringia-se a poucos atos administrativos e a incipientes iniciativas de aperfeiçoamento técnico ou pedagógico do magistério.

Para enfrentar os problemas relacionados à integração dos imigrantes estrangeiros, constituídos como perigo para a Nação, o Estado agiu no sentido de reformar o sistema escolar. Para tanto, instituiu políticas a fim de superar a fragilidade da organização político-administrativa do sistema escolar; a precariedade das instalações e dos equipamentos escolares; a desorganização da carreira do magistério; a necessidade de uma formação moral e cívica dos estudantes e dos professores. Mobilizou-se um conjunto de práticas que envolveu extensa normatização da função educativa; reestruturação do instância encarregada pela administração do sistema; profissionalização do pessoal docente; aparelhamento das escolas com a aquisição de mobiliário, material de consumo e didático; a entrada em funcionamento da Seção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública, posteriormente Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE).

A reforma educacional promovida no Rio Grande do Sul deve ser vista também como uma intersecção das relações entre conhecimento, instituições e poder. Envolveu variadas instituições, que se entrelaçaram como fios do tecido

da reforma. Foi resultado de uma conjunção de elementos – nacionalização do ensino, Estado Novo, crescimento populacional, circulação de discursos pedagógicos, participação de intelectuais – e não de uma evolução ou necessidade. Data, portanto, da nacionalização do ensino o processo de organização de um sistema educativo estatal no Rio Grande do Sul, orientado e planejado a partir de diretrizes teóricas, técnicas e administrativas que redefiniram o problema da educação, da escola e da profissionalização do magistério como problemas de ciência e de reforma.

Nesse contexto, destacam-se o reaparelhamento da Sesp, com a ampliação de sua estrutura administrativa, e a implantação de novas formas de gestão da educação, no âmbito das quais adquiriram proeminência extensas e minuciosas normatização e burocratização, além de uma forte vontade disciplinante, que se manifestou na prescrição detalhada dos programas de ensino e das atividades escolares, na orientação pedagógica ao magistério e no controle rigoroso e detalhado da execução da reforma educacional.

Referências

- BASTOS, Maria Helena Camara. O novo e o nacional em revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942). 1994. 457f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994a.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Professorinhas da nacionalização: a representação do professor rio-grandense na Revista do Ensino (1939-1942). Revista em Aberto, Brasília, v. XIV, n. 61, p. 135-143, 1994b.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 137-166.
- COELHO DE SOUZA, José Pereira. A educação no Rio Grande do Sul. In: KREMER, Alda Cardozo et al. Rio Grande do Sul terra e povo. Porto Alegre: Globo, 1963. p. 267-288.
- COELHO DE SOUZA, José Pereira. Denúncia: o nazismo no sul do Brasil. Porto Alegre: Thurmman, 1941.
- CORDEIRO DE FARIAS, Oswaldo. Nacionalização: dois discursos proferidos pelo interventor federal cel. Oswaldo Cordeiro de Farias. Porto Alegre: Globo, 1941.
- CORREIO DO POVO. A nacionalização das escolas estrangeiras. Porto Alegre, 27 mar. 1938. p. 3.

- CORREIO DO POVO. Escolas estrangeiras no Brasil. Porto Alegre, 2 nov. 1937. p. 5.
- CORREIO DO POVO. Nacionalizemos o ensino. Porto Alegre, 22 abr. 1938. p. 1.
- CORREIO DO POVO. O problema da língua. Porto Alegre, 16 mar. 1938. p. 5.
- CORREIO DO POVO. Política educacional. Porto Alegre, 14 ago. 1943. p. 4.
- DALBEY, Richard. Os alemães no sul do Brasil: do isolamento à integração com a nacionalização do ensino. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 53, n. 118, p. 400-408, 1970.
- GERTZ, René. A nacionalização do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 11., 1991, São Paulo. Anais... São Paulo: SBPH, 1991. p. 311-317.
- GIRON, Loraine Slomp. As sombras do littorio: o fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul. 1989. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.
- KIPPER, Maria Hopp. A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945). Santa Cruz do Sul: Aspes, 1979.
- KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO; Luciano Mendes; VEIGA; Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 348-370.
- KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e nacionalização do ensino. In: MÜLLER, Telmo Lauro (org.). Nacionalização e imigração alemã. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- KREUTZ, Lúcio. O professor paroquial: magistério e imigração alemã. Florianópolis: UFSC, 1991.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. Prefácio. In: MEC/INEP. Organização do ensino primário e normal: Estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: MEC/Inep, 1945. Boletim n. 28.
- PAIVA, Cesar. Escola de língua alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a política de nacionalização. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 0. n. 26, p. 5-28, abr. 1987.
- PASQUALI, Hilda Maria. Entrevista a Claudemir de Quadros. Bento Gonçalves, 30 out. 2005.
- QUADROS, Claudemir de. Reforma, ciência e profissionalização da educação: o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul. 2006. 429f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2006.
- QUADROS, Claudemir de. Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: UFSM, 2014.
- SCHWARTZMAN, Simon. Tempos de Capanema. São Paulo: Edusp, 1984.

- SESP. Circular n. 12.498. 1 ago. 1939. Porto Alegre: Sesp, 1939.
- SESP. Ofício circular n. 4.561. 8 jun. 1940. Porto Alegre: Sesp, 1940.
- SESP/DGIP. Circular 3.090. Fev. 1941. Porto Alegre: Sesp, 1941.
- SESP/DGIP. Circular 7.677. 4 nov. 1940. Porto Alegre: Sesp, 1940.
- SESP/DGIP. Ofício circular n. 7.346. 22 set. 1941. Porto Alegre: Sesp, 1941.
- SESP/DGIP. Ofício n. 967. 5 mar. 1940. Porto Alegre: Sesp, 1940.
- SESP/SECÇÃO TÉCNICA. Circular n. 6.748. 19 ago. 1937. Porto Alegre: Sesp, 1937.
- SESP/SECÇÃO TÉCNICA. Plano de trabalho relativo à semana da pátria. Porto Alegre: Sesp, 1942.
- SESP/SECÇÃO TÉCNICA. Portaria n. 2.767-A. 13 maio 1943. Porto Alegre: Sesp, 1943.
- SESP/SECÇÃO TÉCNICA. Telegrama n. 5.430. 9 set. 1936. Porto Alegre: Sesp, 1936.

Claudemir de Quadros

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor na Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), Brasil.

Endereço para correspondência

CLAUDEMIR DE QUADROS

Universidade Federal de Santa Maria Avenida Roraima, 1000 - prédio 16, Centro de Educação, 97105-900 Santa Maria, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.